BemPromotora

BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A. CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985 Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar - Porto Alegre/RS

»»» Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 24 de fevereiro de 2023. As práticas contábeis adotadas pela Companhia no ano de 2022, estão em linha com as práticas contábeis adotadas no ano de 2021. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização dos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.2. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, realizações de créditos tributários, assim como a análise de riscos para determinação de provisões para perdas de crédito esperadas e passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos, anualmente. **2.5. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 5 - Provisão para não realização de incentivos fiscais: provisão constituída aguardando a decisão por parte do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), referente aos projetos elegíveis para o aproveitamento do benefício da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05); • Nota Explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas de crédito esperadas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas; • Nota Explicativa nº 8 - Imobilizado e Intangível: vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis; • Nota Explicativa nº 10.2 - Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas; • Nota Explicativa nº 11 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota Explicativa nº 15.2 - Provisão para indenizações contratuais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas. **2.6. Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. De acordo com o que orienta o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de forma consolidada com as demonstrações financeiras da sua subsidiária integral, a Bem Corretora de Seguros S.A. ("Controlada"). Na consolidação das demonstrações financeiras, os saldos e transações *intercompany* e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany* são eliminados. O saldo de investimentos em controladas existente no balanço da Companhia é eliminado com o saldo do patrimônio líquido da Controlada, considerando que a Companhia possui 100% de participação no capital social da Controlada.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, imediatamente conversíveis, com prazo de vencimento inferior a 90 (noventa) dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo. **3.2. Instrumentos financeiros:** ***Reconhecimento inicial e mensuração:*** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: saldos em conta corrente, saldos de aplicações financeiras, contas a receber de clientes e valores a receber de correspondentes (Nota Explicativa nº 6 a). Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado e custo amortizado. Os principais passivos financeiros correspondem às obrigações com fornecedores, obrigações com partes relacionadas e passivos e encargos de arrendamento. ***Mensuração subsequente:*** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação nas seguintes categorias: a valor justo por meio do resultado, e ativos e passivos mensurados ao custo amortizado. ***Classificação:*** A Companhia classifica os seus ativos e passivos financeiros nas categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (b) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais. ***Valor justo por meio do resultado:*** Todos ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, como receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido. ***Custo amortizado:*** São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente, com base na taxa de juros efetiva. ***Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:*** O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, considerando também se houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. A Companhia mensura a provisão para perdas em instrumentos financeiros ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **3.3. Provisão para perda no recebimento de créditos:** As provisões para perdas de crédito esperadas são constituídas com base na análise periódica dos ativos financeiros, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização desses ativos (Nota Explicativa nº 16.1). **3.4. Despesas antecipadas:** São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados de despesas, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registrados no ativo considerando o princípio contábil da competência. Este grupo está composto principalmente por despesas antecipadas de benefícios de pessoal e licenças de uso de *software*. **3.5. Investimentos:** A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pela entidade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Os *softwares* de propriedade da Companhia estão demonstrados ao valor de custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 8). Um item do imobilizado ou do intangível passa a ser depreciado ou amortizado, respectivamente, a partir do momento em que este é colocado em uso, e é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado ou intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, bem como são reconhecidos no resultado do período. **3.7. Bens de direito de uso – CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** Os ativos registrados como bens de direito de uso, estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e estão compostos basicamente pelo valor presente dos contratos de aluguéis que a Companhia mantém com terceiros, nos quais estão situados os escritórios administrativos e lojas que integram a rede comercial. Esses valores afetam o resultado à medida que são depreciados, normalmente pelo prazo contratual. O período depreciável é o prazo de vigência de cada contrato ou no caso de contrato com prazo indeterminado, foi definido como prazo hábil 60 (sessenta) meses, de acordo com a experiência passada pela Administração. **3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data dos balanços, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 10). ***Tributos correntes:*** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para a empresa cuja apuração tem como base o Lucro Real. ***Tributos diferidos:*** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, se houver, serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. ***Imposto de renda e contribuição social - Controlada:*** O imposto de renda e a contribuição social da Controlada são apurados através do Lucro Presumido, modelo regulamentado pelos art. 587 a 594 do regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Os impostos com base no Lucro Presumido foram determinados por períodos de apuração trimestrais, calculados sobre a base de 32% da receita bruta, acrescida de outras receitas operacionais. **3.10. Contribuições ao PIS e à COFINS:** A Companhia apura as contribuições para PIS e COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando sobre a receita bruta os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados à prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS. As contribuições ao PIS e à COFINS da Controlada são calculadas pelo regime cumulativo às alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%. **3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Não existem ativos contingentes contabilizados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Contudo existem processos com decisões favoráveis à Companhia aguardando trânsito em julgado no montante de R$ 1.510 em 2022 (R$ 1.373 em 2021). **3.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis a reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. A Companhia não identificou indícios que indiquem a necessidade de contabilizar qualquer redução ao valor recuperável dos ativos. **3.13. Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: i. Receitas de prestação de serviço - As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência com base no serviço prestado, e referem-se principalmente as comissões sobre originação de operações de crédito, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e agenciamento e corretagem de seguros. ii. Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **3.14. Custo dos serviços prestados**: Os custos dos serviços prestados são compostos por custos de pessoal e administrativos diretamente ligados à prestação dos serviços de originação, gestão da produção, cobrança e corretagens de seguros. **3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **3.16. Resultado por ação:** O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação, por não existir nenhum efeito dilutivo potencial nas ações ou instrumentos de conversão. **3.17. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. *Estrutura do gerenciamento de risco:* As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. O Conselho de Administração supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. *a. Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, falhas que surgem principalmente dos valores a receber de correspondentes. Os principais ativos sujeitos a risco de crédito são as aplicações financeiras, contas a receber de clientes e valores a receber de Correspondente. *b. Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. *c. Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Em relação ao *impairment*, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes.

4. Aplicações financeiras

Estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – (CDB), remunerados às taxas de 100,5% a 105,5% do CDI, com vencimentos superiores a 90 (noventa) dias e com possibilidade de resgate imediato. O quadro abaixo demonstra os recursos aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de risco da agência de *rating Fitch Ratings*:

			Controladora		Consolidado	
Instituição	**Agência**	**Classificação de Risco**	**2022**	2021	**2022**	2021
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	*Fitch Ratings*	AA- (bra)	**17.733**	21.008	**18.881**	22.788
Banco Bradesco S.A.	*Fitch Ratings*	AAA (bra)	**11.116**	10.068	**11.116**	10.068
Itaú S.A.	*Fitch Ratings*	AAA (bra)	**5.044**	-	**5.044**	-
Banco XP S.A.	*Fitch Ratings*	AA (bra)	**11.528**	-	**11.528**	-
			45.421	31.076	**46.569**	32.856

5. Impostos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	**2022**	2021
IR/CSLL retidos na fonte	**367**	91	**393**	103
IR/CSLL a recuperar de períodos anteriores	**6.356**	7.073	**6.356**	7.073
(-) Provisão para não realização de incentivos fiscais IR/CSLL	**(6.356)**	(3.862)	**(6.356)**	(3.862)
PIS e COFINS de créditos tributários	**54**	66	**54**	66
PIS e COFINS retidos na fonte	**546**	451	**546**	451
ISSQN retido na fonte	**752**	718	**754**	723
INSS a recuperar	**-**	-	**1**	-
Total	**1.719**	4.537	**1.748**	4.554

6. Valores a receber de correspondentes e valores a receber de procedimento arbitral

a. Valores a receber de correspondentes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	**2022**	2021
Valores a receber de correspondentes	**18.647**	10.285	**18.647**	10.285
(-) Provisão para perda no receb. de créditos	**(17.207)**	(10.126)	**(17.207)**	(10.126)
Total	**1.440**	159	**1.440**	159

Com base nos contratos de Prestação de Serviços de Correspondente no País Master firmados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e com o Banco Original S.A., a Companhia indenizou e sub-rogou-se de créditos que tais instituições tinham a receber com os correspondentes substabelecidos em decorrência de cancelamentos de contratos de crédito consignado, por solicitação do próprio cliente, por irregularidades na originação ou averbação das operações. A Companhia constituiu provisão para perda no recebimento destes créditos de acordo com as políticas internas aprovadas pela Administração, e considera que tais provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas no recebimento destes créditos.

Movimentação das provisões para perda	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	**10.126**	22.071
Provisões (reversões)	**10.634**	2.754
Baixas para prejuízo	**(3.553)**	(14.699)
Saldo no final do exercício	**17.207**	10.126

b. Valores a receber de procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 18)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	**2022**	2021
Contingências trabalhistas – Procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 11 b)	**8.716**	10.249	**8.716**	10.249
Reembolsos – Procedimento arbitral	**2.463**	934	**2.463**	934
Total	**11.179**	11.183	**11.179**	11.183

7. Investimento em controlada

A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de pessoas, capitalização e previdência complementar aberta.

Bem Corretora de Seguros S.A.	**% de participação**	**Saldo inicial**	**Resultado da equivalência**	**Aumento de capital**	**Dividendos Distribuídos**	**Dividendos provisionados**	**Saldo final**
Ano 2022	**100%**	**1.656**	**160**	**-**	**(831)**	**181**	**1.166**
Ano 2021	100%	759	875	241	-	(219)	1.656

8. Imobilizado e intangível

IMOBILIZADO	Controladora			
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	**Móveis e equipamentos**	**Equipamentos de informática e outros**	**Total**
Valor contábil líquido em 01 de Janeiro de 2021	**1.816**	**1.130**	**4.347**	**7.293**
Movimentações no exercício				
Aquisições	1.368	110	872	2.350
Baixas	(18)	(7)	(7)	(32)
Depreciação	(193)	(200)	(1.583)	(1.976)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021	**1.157**	**(97)**	**(718)**	**342**
Custo	4.642	4.116	9.644	18.402
Depreciação acumulada	(1.669)	(3.083)	(6.015)	(10.767)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	**2.973**	**1.033**	**3.629**	**7.635**
Movimentações no exercício				
Aquisições	756	897	1.041	2.694
Alienações – Baixa Custo	(246)	(1.719)	(1.073)	(3.038)
Alienações – Baixa Depreciação	210	1.603	1.035	2.848
Depreciação	(313)	(221)	(1.585)	(2.119)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2022	**407**	**560**	**(582)**	**385**
Custo	5.152	3.294	9.612	18.058
Depreciação acumulada	(1.772)	(1.701)	(6.565)	(10.038)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	**3.380**	**1.593**	**3.047**	**8.020**
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	

IMOBILIZADO	Consolidado			
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	**Móveis e equipamentos**	**Equipamentos de informática e outros**	**Total**
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2021	**1.816**	**1.130**	**4.349**	**7.295**
Movimentações no exercício				
Aquisições	1.368	110	873	2.351
Baixas	(18)	(7)	(7)	(32)
Depreciação	(193)	(200)	(1.584)	(1.977)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021	**1.157**	**(97)**	**(718)**	**342**
Custo	4.642	4.116	9.650	18.408
Depreciação acumulada	(1.669)	(3.083)	(6.019)	(10.771)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	**2.973**	**1.033**	**3.631**	**7.637**
Movimentações no exercício				
Aquisições	756	897	1.041	2.694
Alienações – Baixa Custo	(246)	(1.719)	(1.073)	(3.038)
Alienações – Baixa Depreciação	210	1.603	1.035	2.848
Depreciação	(313)	(221)	(1.586)	(2.120)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2022	**407**	**560**	**(583)**	**384**
Custo	5.152	3.294	9.618	18.064
Depreciação acumulada	(1.772)	(1.701)	(6.570)	(10.043)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	**3.380**	**1.593**	**3.048**	**8.021**
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	

INTANGÍVEL	Controladora e Consolidado		
	Marcas	***Softwares***	**Total**
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2021	**45**	**7.037**	**7.082**
Movimentações no exercício			
Aquisições	-	6.200	6.200
Baixas	(19)	(13)	(32)
Amortização	-	(3.734)	(3.734)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021	**(19)**	**2.453**	**2.434**
Custo	26	16.893	16.919
Amortização acumulada	-	(7.403)	(7.403)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	**26**	**9.490**	**9.516**
Movimentações no exercício			
Aquisições	-	8.082	8.082
Alienações – Baixa Custo	-	(292)	(292)
Alienações – Baixa Depreciação	-	284	284
Amortização	-	(5.735)	(5.735)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2022	**-**	**2.339**	**2.339**
Custo	26	24.683	24.709
Amortização acumulada	-	(12.854)	(12.854)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	**26**	**11.829**	**11.855**
Taxas anuais médias de amortização	0%	33%	

9. Obrigações fiscais e previdenciárias a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	**2022**	2021
Imposto de renda	**-**	-	**8**	20
Contribuição social	**-**	-	**6**	11
Encargos sociais	**1.437**	1.370	**1.450**	1.380
PIS/COFINS	**1.491**	1.312	**1.493**	1.316
ISSQN	**779**	680	**781**	685
Outros tributos	**590**	580	**594**	583
Total	**4.297**	3.942	**4.332**	3.995

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1. Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Provisão para perdas de crédito esperadas	**17.207**	10.126
Provisão para despesas gerais e administrativas	**7.716**	5.653
Provisão para indenizações contratuais	**12.793**	10.014
Provisão para ações cíveis, trabalhistas e tributárias	**4.852**	5.513
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis	**42.568**	31.306
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre provisões temporárias	**14.473**	10.644
Outras provisões indedutíveis apenas para a CSLL	**1.668**	1.829
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis para a CSLL	**1.668**	1.829
Alíquota da contribuição social	**9%**	9%
Contribuição social sobre provisões temporárias	**150**	164
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	**14.623**	10.808

Continua »»»